



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E CONTROLE DA LOGÍSTICA POLICIAL - DPC/CGPLAM/DLOG/PF

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 08200.001569/2023-42

POLÍCIA FEDERAL - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
(Processo Administrativo n.º 08200.001576/2023-44)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Granadas explosiva lacrimogênea outdoor, Granadas explosiva outdoor luz e som, Granadas explosiva lacrimogênea em ambiente confinado, Granadas explosiva luz e som em ambiente confinado, Granadas lacrimogênea tríplice outdoor, Granadas lacrimogênea tríplice hyper outdoor, Granadas de emissão lacrimogêneas de movimentos aleatórios outdoor, Granadas fumígenas verde, Granadas fumígenas vermelha, Granadas fumígenas laranja, Projetis luz e som de impacto lacrimogêneo, cal 40/46, Projetis de emissão luz e som lacrimogênea de retardo, cal 40/46, Espargidores de pimenta em gel tamanho standart, Espargidores de pimenta em spray tamanho standart, Espargidores de pimenta em espuma de tamanho standart, Espargidores de pimenta grande, Granadas de adentramento indoor de luz e som reutilizável, Refis para granadas de adentramento indoor de luz e som, Foguetes de Sinalização com paraquedas, Projetis de emissão lacrimogênea longa distancia calibre 37/40, Carga quádrupla de gás lacrimogêneo calibre 37/40, Munição de elastômero maleável cal 12 – monoimpact, Projétil de borracha de precisão cal 12, Granada de mão Lacrimogênea Média Emissão, Granada de mão Lacrimogênea Longa Emissão, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição/Especificação	CATMAT	Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Granadas explosiva lacrimogênea outdoor	103004	unid.	10919	R\$ 410,34	R\$ 4.480.502,46
2	Granadas explosiva outdoor luz e som	235116	unid.	14279	R\$ 428,43	R\$ 6.117.551,97
3	Granadas explosiva lacrimogênea em ambiente confinado	103004	unid.	9399	R\$ 332,80	R\$ 3.127.987,20
4	Granadas explosiva luz e som em ambiente confinado	304598	unid.	10429	R\$ 382,54	R\$ 3.989.509,66
5	Granadas lacrimogênea tríplice outdoor	103004	unid.	9084	R\$ 340,31	R\$ 3.091.376,04
6	Granadas lacrimogênea tríplice hyper outdoor	103004	unid.	9269	R\$ 484,96	R\$ 4.495.094,24

7	Granadas de emissão lacrimogêneas de movimentos aleatórios outdoor	103004	unid.	7644	R\$ 533,45	R\$ 4.077.691,80
8	Granadas fumígenas verde	103004	unid.	493	R\$ 207,48	R\$ 102.287,64
9	Granadas fumígenas vermelha	103004	unid.	1389	R\$ 207,48	R\$ 288.189,72
10	Granadas fumígenas laranja	103004	unid.	1719	R\$ 207,48	R\$ 356.658,12
11	Projétis luz e som de impacto lacrimogêneo, cal 40/46	112232	unid.	3277	R\$ 649,17	R\$ 2.127.330,09
12	Projétis de emissão luz e som lacrimogênea de retardo, cal 40/46	112232	unid.	3217	R\$ 457,85	R\$ 1.472.903,45
13	Espargidores de pimenta em gel tamanho standart	151015	unid.	1150	R\$ 232,34	R\$ 267.191,00
14	Espargidores de pimenta em spray tamanho standart	304741	unid.	18398	R\$ 205,73	R\$ 3.785.020,54
15	Espargidores de pimenta em espuma de tamanho standart	151015	unid.	1420	R\$ 256,87	R\$ 364.755,40
16	Espargidores de pimenta grande	276414	unid.	8825	R\$ 719,20	R\$ 6.346.940,00
17	Granadas de adentramento indoor de luz e som reutilizável	304598	unid.	886	R\$ 453,43	R\$ 401.738,98
18	Refis para granadas de adentramento indoor de luz e som	304598	unid.	4167	R\$ 184,52	R\$ 768.894,84
19	Foguetes de Sinalização com paraquedas	103330	unid.	847	R\$ 548,74	R\$ 464.782,78
20	Projétis de emissão lacrimogênea longa distancia calibre 37/40	112232	unid.	14839	R\$ 319,70	R\$ 4.744.028,30
21	Carga quántupla de gás lacrimogêneo calibre 37/40	112232	unid.	19344	R\$ 397,49	R\$ 7.689.046,56
22	Munição de elastômero maleável cal 12 - monoimpact	112232	unid.	37713	R\$ 33,52	R\$ 1.264.139,76
23	Projétil de borracha de precisão cal 12	112232	unid.	56106	R\$ 36,62	R\$ 2.054.601,72
24	Granada de mão Lacrimogênea Média Emissão	486463	unid.	1830	R\$ 335,94	R\$ 614.770,20
25	Granada de mão Lacrimogênea Longa Emissão	486463	unid.	2170	R\$ 373,27	R\$ 809.995,90

Órgão Gerenciador - Polícia Federal - UG 200334

Item	Descrição/Especificação	CATMAT	Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Granadas explosiva lacrimogênea outdoor	103004	unid.	7069	R\$ 410,34	R\$ 2.900.693,46

2	Granadas explosiva outdoor luz e som	235116	unid.	7069	R\$ 428,43	R\$ 3.028.571,67
3	Granadas explosiva lacrimogênea em ambiente confinado	103004	unid.	7069	R\$ 332,80	R\$ 2.352.563,20
4	Granadas explosiva luz e som em ambiente confinado	304598	unid.	7069	R\$ 382,54	R\$ 2.704.175,26
5	Granadas lacrimogênea tríplice outdoor	103004	unid.	7069	R\$ 340,31	R\$ 2.405.651,39
6	Granadas lacrimogênea tríplice hyper outdoor	103004	unid.	7069	R\$ 484,96	R\$ 3.428.182,24
7	Granadas de emissão lacrimogêneas de movimentos aleatórios outdoor	103004	unid.	7069	R\$ 533,45	R\$ 3.770.958,05
8	Granadas fumígenas verde	103004	unid.	100	R\$ 207,48	R\$ 20.748,00
9	Granadas fumígenas vermelha	103004	unid.	996	R\$ 207,48	R\$ 206.650,08
10	Granadas fumígenas laranja	103004	unid.	1326	R\$ 207,48	R\$ 275.118,48
11	Projetis luz e som de impacto lacrimogêneo, cal 40/46	112232	unid.	2267	R\$ 649,17	R\$ 1.471.668,39
12	Projetis de emissão luz e som lacrimogênea de retardo, cal 40/46	112232	unid.	2267	R\$ 457,85	R\$ 1.037.945,95
13	Espargidores de pimenta em gel tamanho standart	151015	unid.	900	R\$ 232,34	R\$ 209.106,00
14	Espargidores de pimenta em spray tamanho standart	304741	unid.	18148	R\$ 205,73	R\$ 3.733.588,04
15	Espargidores de pimenta em espuma de tamanho standart	151015	unid.	1170	R\$ 256,87	R\$ 300.537,90
16	Espargidores de pimenta grande	276414	unid.	1705	R\$ 719,20	R\$ 1.226.236,00
17	Granadas de adentramento indoor de luz e som reutilizável	304598	unid.	616	R\$ 453,43	R\$ 279.312,88
18	Refis para granadas de adentramento indoor de luz e som	304598	unid.	2067	R\$ 184,52	R\$ 381.402,84
19	Foguetes de Sinalização com paraquedas	103330	unid.	557	R\$ 548,74	R\$ 305.648,18
20	Projetis de emissão lacrimogênea longa distancia calibre 37/40	112232	unid.	11789	R\$ 319,70	R\$ 3.768.943,30
21	Carga quádrupla de gás lacrimogêneo calibre 37/40	112232	unid.	12464	R\$ 397,49	R\$ 4.954.315,36
22	Munição de elastômero maleável cal 12 - monoimpact	112232	unid.	33113	R\$ 33,52	R\$ 1.109.947,76
23	Projétil de borracha de precisão cal 12	112232	unid.	13506	R\$ 36,62	R\$ 494.589,72
24	Granada de mão Lacrimogênea Média Emissão	486463	unid.	150	R\$ 335,94	R\$ 50.391,00
25	Granada de mão Lacrimogênea Longa Emissão	486463	unid.	150	R\$ 373,27	R\$ 55.990,50

Órgão Participante - Polícia Civil DF - UG 200331

Item	Descrição/Especificação	CATMAT	Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Granadas explosiva lacrimogênea outdoor	103004	unid.	1200	R\$ 410,34	R\$ 492.408,00
2	Granadas explosiva outdoor luz e som	235116	unid.	1230	R\$ 428,43	R\$ 526.968,90
3	Granadas explosiva lacrimogênea em ambiente confinado	103004	unid.	1000	R\$ 332,80	R\$ 332.800,00
4	Granadas explosiva luz e som em ambiente confinado	304598	unid.	1060	R\$ 382,54	R\$ 405.492,40
5	Granadas lacrimogênea tríplice outdoor	103004	unid.	515	R\$ 340,31	R\$ 175.259,65
6	Granadas lacrimogênea tríplice hyper outdoor	103004	unid.	700	R\$ 484,96	R\$ 339.472,00
7	Granadas de emissão lacrimogêneas de movimentos aleatórios outdoor	103004	unid.	150	R\$ 533,45	R\$ 80.017,50
8	Granadas fumígenas verde	103004	unid.	105	R\$ 207,48	R\$ 21.785,40
9	Granadas fumígenas vermelha	103004	unid.	105	R\$ 207,48	R\$ 21.785,40
10	Granadas fumígenas laranja	103004	unid.	105	R\$ 207,48	R\$ 21.785,40
11	Projctis luz e som de impacto lacrimogêneo, cal 40/46	112232	unid.	750	R\$ 649,17	R\$ 486.877,50
12	Projctis de emissão luz e som lacrimogênea de retardo, cal 40/46	112232	unid.	750	R\$ 457,85	R\$ 343.387,50
13	Espargidores de pimenta em gel tamanho standart	151015	unid.	250	R\$ 232,34	R\$ 58.085,00
14	Espargidores de pimenta em spray tamanho standart	304741	unid.	250	R\$ 205,73	R\$ 51.432,50
15	Espargidores de pimenta em espuma de tamanho standart	151015	unid.	250	R\$ 256,87	R\$ 64.217,50
16	Espargidores de pimenta grande	276414	unid.	120	R\$ 719,20	R\$ 86.304,00
17	Granadas de adentramento indoor de luz e som reutilizável	304598	unid.	100	R\$ 453,43	R\$ 45.343,00
18	Refis para granadas de adentramento indoor de luz e som	304598	unid.	300	R\$ 184,52	R\$ 55.356,00
19	Foguetes de Sinalização com paraquedas	103330	unid.	0	R\$ 548,74	R\$ -
20	Projctis de emissão lacrimogênea longa distancia calibre 37/40	112232	unid.	550	R\$ 319,70	R\$ 175.835,00
21	Carga quántupla de gás lacrimogêneo calibre 37/40	112232	unid.	500	R\$ 397,49	R\$ 198.745,00
22	Munição de elastômero maleável cal 12 - monoimpact	112232	unid.	4600	R\$ 33,52	R\$ 154.192,00
23	Projctil de borracha de precisão cal 12	112232	unid.	2600	R\$ 36,62	R\$ 95.212,00
24	Granada de mão Lacrimogênea Média Emissão	486463	unid.	350	R\$ 335,94	R\$ 117.579,00

25	Granada de mão Lacrimogênea Longa Emissão	486463	unid.	350	R\$ 373,27	R\$ 130.644,50
----	---	--------	-------	-----	------------	----------------

Órgão Participante - Polícia Militar DF - UG 30108						
Item	Descrição/Especificação	CATMAT	Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Granadas explosiva lacrimogênea outdoor	103004	unid.	2650	R\$ 410,34	R\$ 1.087.401,00
2	Granadas explosiva outdoor luz e som	235116	unid.	5980	R\$ 428,43	R\$ 2.562.011,40
3	Granadas explosiva lacrimogênea em ambiente confinado	103004	unid.	1330	R\$ 332,80	R\$ 442.624,00
4	Granadas explosiva luz e som em ambiente confinado	304598	unid.	2300	R\$ 382,54	R\$ 879.842,00
5	Granadas lacrimogênea tríplice outdoor	103004	unid.	1500	R\$ 340,31	R\$ 510.465,00
6	Granadas lacrimogênea tríplice hyper outdoor	103004	unid.	1500	R\$ 484,96	R\$ 727.440,00
7	Granadas de emissão lacrimogêneas de movimentos aleatórios outdoor	103004	unid.	425	R\$ 533,45	R\$ 226.716,25
8	Granadas fumígenas verde	103004	unid.	288	R\$ 207,48	R\$ 59.754,24
9	Granadas fumígenas vermelha	103004	unid.	288	R\$ 207,48	R\$ 59.754,24
10	Granadas fumígenas laranja	103004	unid.	288	R\$ 207,48	R\$ 59.754,24
11	Projctis luz e som de impacto lacrimogêneo, cal 40/46	112232	unid.	260	R\$ 649,17	R\$ 168.784,20
12	Projctis de emissão luz e som lacrimogênea de retardo, cal 40/46	112232	unid.	200	R\$ 457,85	R\$ 91.570,00
13	Espargidores de pimenta em gel tamanho standart	151015	unid.	0	R\$ 232,34	R\$ -
14	Espargidores de pimenta em spray tamanho standart	304741	unid.	0	R\$ 205,73	R\$ -
15	Espargidores de pimenta em espuma de tamanho standart	151015	unid.	0	R\$ 256,87	R\$ -
16	Espargidores de pimenta grande	276414	unid.	7000	R\$ 719,20	R\$ 5.034.400,00
17	Granadas de adentramento indoor de luz e som reutilizável	304598	unid.	170	R\$ 453,43	R\$ 77.083,10
18	Refis para granadas de adentramento indoor de luz e som	304598	unid.	1800	R\$ 184,52	R\$ 332.136,00
19	Foguetes de Sinalização com paraquedas	103330	unid.	290	R\$ 548,74	R\$ 159.134,60
20	Projctis de emissão lacrimogênea longa distancia calibre 37/40	112232	unid.	2500	R\$ 319,70	R\$ 799.250,00
21	Carga quántupla de gás lacrimogêneo calibre 37/40	112232	unid.	6380	R\$ 397,49	R\$ 2.535.986,20

22	Munição de elastômero maleável cal 12 - monoimpact	112232	unid.	0	R\$ 33,52	R\$ -
23	Projétil de borracha de precisão cal 12	112232	unid.	40000	R\$ 36,62	R\$ 1.464.800,00
24	Granada de mão Lacrimogênea Média Emissão	486463	unid.	1330	R\$ 335,94	R\$ 446.800,20
25	Granada de mão Lacrimogênea Longa Emissão	486463	unid.	1670	R\$ 373,27	R\$ 623.360,90

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. A presente aquisição deverá ser realizada pelo Sistema de Registro de Preços, tendo em vista o exposto no Inciso II, do artigo 3º do Decreto 11.462, que diz: "*quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa*".

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5.1. Não foi prevista cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme premissa estabelecida no art. 48, III, da Lei Complementar nº 123, de 2006, alterado pela Lei Complementar nº 147, de 2014, visto que não existem três fornecedores competitivos enquadrados como ME ou EPP sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas neste instrumento convocatório, como previsto no art. 49, II, da referida Lei Complementar c/c art. 10, I, do Decreto nº 8.538, de 2015.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

- 2.2.1. ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000009/2023
- 2.2.2. Data de publicação no PNCP: 19/01/2023
- 2.2.3. Id do item no PCA: 35
- 2.2.4. Classe/Grupo: 1095 - Armamentos Diversos - Armamento não letal
- 2.2.5. Identificador da Futura Contratação: 200334-258/2022

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. *Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:*

- 4.1.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial, e observados o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, elaborado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade - CNS/DECOR/CGU/AGU, 4.^a edição, agosto/2021).
- 4.1.2. São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:
- 4.1.3. Lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
- 4.1.4. Lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
- 4.1.5. Queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- 4.1.6. Outras formas vedadas pelo poder público.
- 4.1.7. Deverão ser observados os critérios e diretrizes de sustentabilidade ambiental, nos termos do art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, podendo ser exigidos os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:
- 4.1.8. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- 4.1.9. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.
- 4.1.10. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento 5.3.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifênol-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

Da exigência de amostra

4.2. *Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.*

4.3. Na fase de aceitação das propostas, a empresa que estiver em primeiro lugar no processo licitatório deverá fornecer 03 (três) unidades de cada item especificado, não contando estes como parte da compra, para fins de confirmação da compatibilidade do produto com as especificações, mesmo que isso cause a inutilização dos mesmos.

4.4. A primeira amostra será submetida ao protocolo de testes para se verificar se há concordância de resultado. Caso o resultado da primeira amostra seja divergente da segunda, então haverá a necessidade de uma terceira amostra para se confrontar os resultados divergentes, por isso, a necessidade de 03 (três) amostras.

4.5. *As amostras deverão ser entregues na Divisão de Planejamento e Controle - DPC/CGPLAM/DLOG/PF, no Setor Comercial Norte, Quadra 4, Bloco A, Torre C, 5º andar - Asa Norte - Edifício Multibrasil Corporate, fone: (61) 2024-8510, em dia de expediente, no horário compreendido entre 09:00 e 17:00 horas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da solicitação pelo pregoeiro; sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.*

4.6. As amostras apresentadas para efeito de análise deverão estar devidamente identificadas com o nome da empresa, número do processo, do pregão eletrônico e do item, acompanhadas dos prospectos com as respectivas especificações técnicas. Os prospectos não substituem os produtos, e, em caso de divergência entre os produtos e os respectivos prospectos, valerão para fins de análise, os primeiros.

4.7. As amostras deverão ser embaladas e lacradas, individualmente, de forma que permitam a conferência visual quando do recebimento pela comissão, sem que seja necessária a violação do invólucro oriundo da empresa.

4.8. As amostras serão abertas apenas no momento da realização dos testes, que será aberto para todos os interessados, conforme rito a ser definido pelo pregoeiro.

- 4.9. *É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.*
- 4.10. *No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.*
- 4.11. *Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:*
- 4.11.1. *Em todas as amostras, recursos de identificação imediata gravados no produto, tais como: nomenclatura do produto, nome do fabricante, identificação do conteúdo, aspectos de conformidade do produto como rótulo, identificação imediata visual e pictogramas, bem como a análise de cada item e sua funcionalidade e eficiência de acordo com as especificações constantes do Anexo I-A: Especificações técnicas (31995979) deste termo de referência;*
- 4.11.2. *Para as granadas explosivas (itens 1, 2, 3 e 4), além do previsto acima, deverá ser verificado, se os mesmos foram confeccionados com sistema EOT (espoleta de ogiva de tempo) de duplo estágio, de forma que ejete o capacete da granada antes da explosão principal para que não se torne um projétil primário nem secundário. O teste visa verificar se, ao lançamento da granada, se antes da explosão principal será ejetado o capacete.*
- 4.11.3. *Para os espargidores (itens 13, 14, 15 e 16), além dos aspectos previstos em epígrafe, deverá ser verificado se o lacre, ao ser violado será totalmente destruído.*
- 4.12. *A análise das amostras será realizada pela equipe da DPC/CGPLAM/DLOG/PF com apoio dos setores operacionais do Órgão, que emitirão parecer aprovando ou não, em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;*
- 4.13. *Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.*
- 4.14. *Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.*
- 4.15. *Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.*
- 4.16. *As amostras que não foram destruídas em testes deverão ser mantidas pela DPC/CGPLAM/DLOG/PF para confronto posterior com os materiais a serem recebidos provisoriamente pela equipe de fiscalização.*
- 4.17. *Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.*
- 4.18. *O órgão licitante poderá realizar diligências que julgar necessárias caso haja qualquer dúvida sobre a procedência e a qualidade dos materiais.*

Da exigência de carta de solidariedade

- 4.19. *Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.*

Subcontratação

- 4.20. *Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.*

Garantia da contratação

- 4.21. *Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.*

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 120 dias, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens, detalhado a seguir:
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Após a emissão da Nota de Empenho e assinatura do Contrato, a CONTRATANTE deverá providenciar a Autorização do Exército Brasileiro produção dos itens a serem demandados na respectiva Ordem de Fornecimento.
- 5.4. Após a assinatura o recebimento da Autorização suso, a CONTRATANTE deverá emitir a(s) Ordem(ns) de Fornecimento de Bens de acordo com as demandas previstas.
- 5.5. A Ordem de Fornecimento de Bens indicará o item, a quantidade, os locais de entrega, os prazos e o responsável pelo recebimento e conferência dos equipamentos fornecidos.
- 5.6. Os produtos deverão ser entregues em todo território nacional, às custas da CONTRATADA, no locais definidos no Anexo I-B: Quantidades por Estado e Locais de entrega (32012942), a critério do especificado pela CONTRATANTE na Ordem de Fornecimento de Bens.
- 5.7. Em hipótese alguma será recebida entrega sem prévia Ordem de Fornecimento.
- 5.8. No prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, a Contratada deverá apresentar o cronograma de entrega dos itens adquiridos à fiscalização do contrato, contendo a data prevista para a efetiva entrega em todos os destinatários contemplados.
- 5.9. No momento da entrega dos itens adquiridos aos destinatários contemplados na respectiva Ordem de Fornecimento, ou a qualquer momento durante a vigência Contratual, a Contratada deverá recolher e dar a devida destinação a todos os itens de munição menos letal que estiverem de posse da unidade da Polícia Federal com a data de validade expirada, que sejam de sua produção.

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.10. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, deverá ser correspondente ao prazo de validade do produto, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 5.11. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 5.12. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 5.13. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
- 5.14. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 5.15. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

- 5.16. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.
- 5.17. No caso dos bens que apresentarem defeitos e, forem substituídos, a garantia será contada a partir da nova data de entrega dos bens.
- 5.18. A empresa deverá fornecer certificados de garantia, por meio de documentos próprios, ou anotação impressa ou carimbada na respectiva Nota Fiscal.
- 5.19. Aplica-se no que couber, as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.
- 5.20. Todos os objetos, dispositivos ou mesmo unidades que forem substituídas durante o período de garantia terão, a partir de sua entrega, todas as garantias previstas.
- 5.21. Os bens deverão ter validade mínima de 05 (cinco) anos e garantia de 1 (um) ano contra defeitos de fabricação ou de matéria-prima dos componentes, desde que seguidas às recomendações do fabricante, contados a partir da data do seu recebimento.
- 5.22. A data de fabricação não poderá ser superior a 90 (noventa) dias da data de entrega.
- 5.23. Os espargidores de pimenta, gel, spray e espuma deverão apresentar selo/lacre que demonstre a sua inviolabilidade e que não possa ser restaurado após o seu rompimento.
- 5.24. Nos casos em que os espargidores tiverem perdido conteúdo interno sem que o selo/lacre tenha sido violado, estes deverão ser substituídos, dentro do prazo de validade (cinco anos), na forma apresentada acima.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).
- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));
- 6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));
- 6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

- 6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).
- 6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).
- 6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- 6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).
- 6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).
- 6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).
- 6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).
- 6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).
- 6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).
- 6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).
- 6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 7.2. O Recebimento Provisório se dará na fábrica da Contratada por pelo menos 05 (cinco) membros da Equipe de Recebimento designada pela DLOG/PF, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e realização de testes, com deslocamentos e diárias dos servidores às custas da Administração Pública.
- 7.3. A Contratada deverá informar a data estimada para conclusão da produção com antecedência de no mínimo 30 (trinta) dias, para fins de organização/planejamento da Comissão de Recebimento.
- 7.4. No recebimento provisório serão executados, no que couber, os testes previstos nas seguintes normas:

- 7.4.1. *NEB/T E-321 A - Norma Técnica do Exército Brasileiro – Granadas “Menos-Letais” – Requisitos Gerais – Especificação;*
- 7.4.2. *Especificação Técnica nº 168/2018 - Granada Lacrimogênea Triplice (GLT) e Granada Lacrimogênea Triplice Hyper (GLTH);*
- 7.4.3. *Especificação Técnica nº 169/2018 - Granada Lacrimogênea de Movimentos Aleatórios Tipo "Bailarina" (GLMA);*
- 7.4.4. *Especificação Técnica nº 170/2018 - Granada Explosiva Outdoor Pimenta (GEOP) e Granada Explosiva Outdoor Luz e Som (GEOLS);*
- 7.4.5. *Especificação Técnica nº 171/2018 - Granada Indoor Luz e Som (GILS); 3.4.15. Especificação Técnica nº 172/2018 - Granada Multi-Impacto Pimenta (GMIP);*
- 7.4.6. *Especificação Técnica nº 173/2018 - Granada Treinamento (GT) e Refil para Granada de Treinamento (Ref-GT).*
- 7.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.6. Os custos dos testes ocorrerão às expensas da Contratada.
- 7.7. Os bens serão recebidos definitivamente quando do recebimento das munições nas Unidades de destino, onde se formará comissão com 3 (três) integrantes, com escopo de verificar a quantidade, aspectos gerais, nota fiscal e código de rastreabilidade do produto. A comissão deve possuir integrantes que não participaram da comissão de recebimento provisório e realização de testes.
- 7.8. A aceitação será realizada por termo de recebimento definitivo, devendo ocorrer em até 10 (dez) dias úteis do recebimento do produto.
- 7.8.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 7.9. As munições poderão ser recebidas definitivamente de forma integral, quando todo o conjunto estiver em conformidade com as especificações ou de forma parcial, descartando-se aquelas desconformes.
- 7.10. No ato das entregas, a Contratada deverá fornecer também um documento com a descrição de todo o material e quantidade que está sendo apresentado e manual de acondicionamento e conservação. Nesse mesmo documento a Contratada deverá pegar recibo com nome, matrícula na Polícia Federal e assinatura de um dos servidores do setor de recebimento. Este recibo deverá ser entregue uma cópia à DPC/CGPLAM/DLOG/PF para fins de controle.
- 7.11. As munições deverão ser novas, assim considerados de primeiro uso, estar devidamente embalados, entregues em perfeitas condições de uso e funcionamento, conforme especificações técnicas exigidas no presente.
- 7.12. Cada espargidor deverá vir acompanhado de um coldre em couro (natural ou sintético) ou neoprene com tampa (continuação do tecido do corpo) na cor preta e com passador para fixação no cinto operacional (deve ser possível fixá-lo em cintos de até 60mm de espessura) com resistência compatível com a atividade policial e que comporte o espargidor aqui especificado.
- 7.13. O fabricante deverá fornecer juntamente com cada espargidor manual e/ou panfleto informativo com dados técnicos do produto, condições de uso, estocagem, descarte e de descontaminação, objetivando prover informações adequadas ao usuário e à Instituição;
- 7.14. A Contratada obriga-se a entregar o material, a que se refere este Termo de Referência de acordo estritamente com as especificações mínimas descritas, sendo de sua inteira responsabilidade a reposição do objeto, no todo ou em parte, em que for constatado, pela Administração, não estar em conformidade com as referidas especificações.
- 7.15. Caso os objetos sejam diferentes dos previstos neste Termo de Referência ou apresentarem defeitos, serão considerados não entregues e a contagem do prazo de entrega não será interrompida em decorrência do não recebimento, arcando a Contratada com o ônus decorrente do atraso.
- 7.16. Caberá à comissão de fiscalização do contrato rejeitar totalmente ou em parte, qualquer produto que não esteja de acordo com as exigências, bem como determinar prazo para substituição do material eventualmente fora de especificação, com defeito de fabricação ou vício de funcionamento.
- 7.17. Cada Unidade Gestora da Polícia Federal indicará 03 (três) servidores ao fiscal do contrato para compor Comissão, que irá receber e verificar o material a ser entregue pela Contratada e emitirá relatório aprovando ou reprovando a entrega. Esse relatório será analisado pela fiscalização do contrato.

- 7.18. Os materiais deverão ser entregues lacrados, de forma a ficarem protegidos da ação da luz, poeira e umidade, em sua embalagem original, preferencialmente em embalagens recicláveis, biodegradáveis, contendo marca, fabricante, procedência e data de validade.
- 7.19. Todos os materiais a serem entregues deverão ser totalmente novos e devem guardar absoluta observância às especificações constantes no Anexo I-A: Especificações técnicas (31995979)
- 7.20. 6.7.1. No ato da entrega, a empresa contratada deverá fornecer 3 (três) unidades de munições inativas de cada item que está sendo adquirido, para fins de instrução e exposição, devendo estar devidamente identificado no corpo de cada artefato a inscrição “INERTE”.
- 7.21. 6.7.2. As munições inertes deverão ser oriundas do quantitativo de objetos contratados, a fim de não gerar qualquer ônus adicional à Contratante.
- 7.22. 6.7.3. Os itens deverão estar em perfeitas condições de uso e funcionamento, conforme a proposta apresentada, as especificações técnicas e os níveis de desempenho mínimos exigidos por órgão regulador competente, devidamente protegidos e embalados contra danos de transporte e manuseio, sem ônus de frete para o órgão e acompanhados das respectivas notas fiscais.
- 7.23. 6.7.4. As munições deverão satisfazer todos os requisitos técnicos e de segurança exigidos pelo Comando do Exército Brasileiro.
- 7.24. As equipes de fiscalização e de recebimento e seus respectivos substitutos serão nomeados pela Autoridade Máxima da Unidade que receberá o produto.
- 7.25. A equipe de recebimento provisório e realização de testes será nomeada pelo Sr. Diretor de Administração e Logística Policial.
- 7.26. A presença da fiscalização ou de representante da Polícia Federal não elide nem diminui a responsabilidade da Contratada.
- 7.27. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.28. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.29. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.30. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.31. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).
- 7.31.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.32. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) o prazo de validade;
 - b) a data da emissão;
 - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
 - d) o período respectivo de execução do contrato;
 - e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.33. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.34. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.35. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.36. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.37. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.38. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.39. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.40. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.41. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.42. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.43. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.44. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.44.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.45. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.46. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.46.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.47. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.48. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.49. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.50. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de](#)

[março de 2020](#).

- 8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- 8.11. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).
- 8.12. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).
- 8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital* ou *Municipal/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.19. Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual/Distrital* ou *Municipal/Distrital* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital* ou *Municipal/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;
- 8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.24. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

8.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação: patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação.

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.27. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.29. Registro ou inscrição da empresa junto ao Exército Brasileiro, em plena validade;

8.30. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.30.1.1. Título de Registro ou Certificado de Registro (conforme o caso) dentro da validade referente à empresa licitante além do documento de apostilamento emitidos pelo Exército Brasileiro referentes aos produtos ofertados;

8.30.1.2. Relatório de Avaliação Técnica (RAT) e Relatório Técnico Experimental do Produto (ReTeX) expedidos pelo Centro de Avaliações do Exército Brasileiro;

8.30.1.3. Atestado (s) de Capacidade Técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando que a licitante forneceu material compatível com o objeto desta licitação, em consonância com as especificações e quantitativos constantes neste Termo de Referência;

a) Com a finalidade de tornar objetivo o julgamento da documentação de qualificação técnica, considera(m)-se compatível(eis) o(s) Atestados que expressamente certifique(m) que a empresa já forneceu no mínimo 10% (dez por cento) do quantitativo do item ofertado ou similar, limitado a 1.000 (mil) unidades, no caso de empresa vencedora em mais de item similar.

b) A empresa poderá apresentar tantos Atestados de Capacidade Técnica que julgar necessários para comprovar que já forneceu objeto semelhante ao deste Termo de Referência, destacando-se a necessidade desses Atestados demonstrarem que o interessado forneceu anteriormente, pelo menos, o quantitativo solicitado no subitem anterior.

c) A Licitante melhor classificada na fase de lances, deverá apresentar, juntamente com a proposta, o Título de Registro (TR) ou o Certificado de Registro (CR), bem como o Relatório Técnico Experimental (ReTeX) e Apostila dos respectivos produtos ofertados, expedidos pelo Exército Brasileiro com prazo de validade vigente, conforme Regulamento para Fiscalização de Produtos Controlados (R-105), Decreto nº 10.030, de 30 de setembro de 2019 .

8.30.1.4. Laudo emitido por centro de avaliação competente e independente ou em laboratório independente certificado pelo INMETRO , para realização de testes de conformidade, quais sejam:

- a) Teste de confirmação da presença do princípio ativo no produto;
- b) Teste de determinação do conteúdo efetivo de produto na embalagem, compatível com o peso líquido indicado;
- c) Teste de confirmação da não inflamabilidade do produto (para espargidores);

8.30.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.31. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.31.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.31.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.31.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.31.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.31.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.31.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.31.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 63.302.988,37 (sessenta e três milhões, trezentos e dois mil, novecentos e oitenta e oito reais e trinta e sete centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I - Gestão/Unidade: [...];
- II - Fonte de Recursos: [...];
- III - Programa de Trabalho: [...];
- IV - Elemento de Despesa: [...];
- V - Plano Interno: [...];

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

JORGE AUGUSTO BOCHNIA MOREIRA

Equipe de Planejamento da Contratação
Integrante Requisitante Titular

PAULO SANTINO CORREA JÚNIOR

Equipe de Planejamento da Contratação
Integrante Requisitante Substituto

EDIMAR LOPES DE MORAES JUNIOR

Equipe de Planejamento da Contratação
Integrante Técnico Titular

SEBASTIÃO ANDRADE LEITE DE ABREU

Equipe de Planejamento da Contratação
Integrante Técnico Substituto

ADRIANA CRISTINA DE JESUS SOUZA

Equipe de Planejamento da Contratação

DESPACHO DLOG/PF

1. Ciente.
2. Aprovo o presente Termo de Referência.

ANDRÉ LUÍS LIMA CARMO

Diretor de Administração e Logística Policial
Ordenador de Despesas

Anexo I-A: Especificações técnicas (31995979)

Anexo I-B: Quantidades por Estado e Locais de entrega (32012942)



Documento assinado eletronicamente por **PAULO SANTINO CORREIA JUNIOR, Agente de Polícia Federal**, em 23/10/2023, às 12:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JORGE AUGUSTO BOCHNIA MOREIRA, Agente de Polícia Federal**, em 24/10/2023, às 10:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SEBASTIAO ANDRE LEITE DE ABREU, Agente de Polícia Federal**, em 24/10/2023, às 10:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **EDIMAR LOPES DE MORAES JUNIOR, Agente de Polícia Federal**, em 23/10/2023, às 08:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **VITOR MORAES SOARES, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 23/10/2023, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=32012923&crc=D0D6687F.

Código verificador: **32012923** e Código CRC: **D0D6687F**.